

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 55/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**1 CONSIDERANDO QUE:**

1.1 o candidato ao CTSP-09 – 10ª RPM – **16.587.637 VINÍCIUS RODRIGUES ARVELOS** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico;

1.2 conforme subitem 8.1 do edital, o prazo para interpor recurso é de 02 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação do ato a que se referir, exceção ao previsto nos subitens 8.5.2.3 e 8.5.3 do mesmo edital, in verbis: “**8.5.2.3 O psicólogo nomeado terá 03 (três) dias úteis, após abertura de vista, para apresentar as razões escritas de defesa.**” e “**8.5.3 Caso não contrate um psicólogo, o candidato será atendido em sessão individual, que também será agendada no momento do protocolo de seu requerimento de recurso, na qual tomará conhecimento das razões de sua contra-indicação e, após esse atendimento, terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar suas razões escritas de defesa.**”;

1.3 a abertura de vistas (entrevista de devolução) ao candidato ocorreu em 26/12/2008;

1.4 o recorrente protocolou seu recurso no Centro de Recrutamento e Seleção em data de 06/01/2009, tornando-o intempestivo;

**2 RESOLVE:**

2.1 indeferir o pedido por falta de amparo legal.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 21/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 10ª RPM – **MG-15.791.272 ANA PAULA PERES DOS REIS, MG-6.807.579 DHIEGO FIGUEIROA TEIXEIRA E SILVA, MG-13.522.880 EDILAINE APARECIDA RODRIGUES PEREIRA, MG-16.078.684 ÉDIO DA CUNHA PEREIRA, MG-16.445.554 GUSTAVO ARAÚJO ALVES PRADO, MG-14.715.832 HENRIQUE RODRIGUES DE MATTOS, MG-10.460.413 JOSÉ CARLOS AVELINO ROSA, MG-12.188.111 LEONARDO OSANAN PEREIRA, MG-12.740.310 MARCELO LANDIM PEREIRA E MG-12.577.896 SAULO VIEIRA SANTOS** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de

devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**